



**MINISTÉRIO DO TURISMO  
SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO - GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2004  
PROCESSO Nº 72000.000422/2003-47**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO TURISMO E  
A EMPRESA CTIS - INFORMÁTICA LTDA, PARA  
O FIM QUE SE ESPECIFICA.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO TURISMO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.457.283/0002-08, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 2º e 3º andares, Brasília/DF, CEP: 70.065-900, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Secretário-Executivo, Senhor **MÁRCIO FAVILLA LUCCA DE PAULA**, brasileiro, casado, economista, portador do Documento de Identidade nº M 502.048 - SSP/MG e do CPF nº 297.493.016-68, residente nesta Capital, nomeado pelo Decreto de 21 de janeiro de 2003, publicado no dia 22 subsequente, de acordo com a competência atribuída pela Portaria nº 296, de 01 de julho de 2003, e republicada no D.O.U. do dia 21 de julho de 2003 e a Empresa **CTIS - INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.644.731/0001-32, estabelecida no SEUPN.511, Conjunto "A" - Térreo, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Diretor Executivo, Senhor **MARCELO BRANCONI ROCHA DE OLIVEIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 20.050.961, expedida pela SSP/SP e do CPF nº 471.502.621-04, **RESOLVEM** celebrar o presente **Contrato de Prestação de Serviços**, analisado e aprovado pela Consultoria Jurídica do Ministério do Turismo, em conformidade com o que consta do Processo Administrativo nº 72000.000422/2003-47, referente à Concorrência nº 02/2004, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações, Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, alteradas pela Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dos Decretos nº 93.872, de 23 de dezembro de 1996, nº 2.271, de 07 de julho de 1997 e nº 1.070, de 02 de março de 1994, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação (TI), complementares às atividades do MTur, nas áreas de: a) Desenvolvimento de Aplicativos, utilizando ponto de função; b) Consultoria; e c) Manutenção de Ambientes, incluindo serviços de Administração de Redes; Administração e Operação de Servidores; Manutenção de Aplicativos/Administração de Banco de Dados; Condução de projetos especiais e estratégicos de TI; e Atendimento ao Usuário - hardware e software.



## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO**

Este Contrato guarda conformidade com a Concorrência nº 02/2004 e seus Anexos, vinculando-se ainda, à Proposta Técnica e de Preço da **CONTRATADA**, à Nota de Empenho e demais documentos constantes do Processo nº 72000.000422/2003-47 que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PROJETO BÁSICO**

O detalhamento dos serviços contratados, com suas metas, etapas de execução com os respectivos cronogramas e preços, meios alocados, bem como suas formas operacionais, constam do Projeto Básico, Anexo I do Edital de Concorrência nº 02/2004, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O Projeto Básico poderá ser revisto no todo ou em parte, desde que o **CONTRATANTE** julgue necessário, podendo estas revisões acarretar ajustes nos preços/tarifas pactuados, observados os termos do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE OPERACIONALIZAÇÃO**

A execução dos serviços contratados observará o regime de empreitada por preço global, previsto na alínea a, inciso II do art. 10, da Lei nº 8666/93. A Operacionalização dos serviços objeto deste Contrato dar-se-á conforme descrito no Projeto Básico.

## **CLÁUSULA QUINTA – DOS SERVIÇOS COMPLEMENTARES**

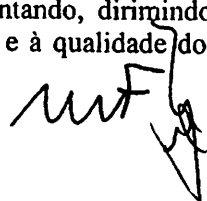

São considerados serviços complementares aqueles que, pela sua essencialidade ou pelo seu caráter eventual, sejam imprescindíveis ao cumprimento das ações que constam do Projeto Básico.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Os serviços definidos nesta Cláusula serão solicitados pelo **CONTRATANTE** junto à **CONTRATADA**, que deverá apresentar proposta específica de preços a ser aprovada pela área técnica, observado o disposto na Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

6.1 O Ministério do Turismo obriga-se a:

- a) estabelecer e encaminhar as diretrizes necessárias para execução dos serviços, bem como definir e homologar suas rotinas;
- b) prestar informações necessárias à boa execução das atividades contratadas;
- c) designar formalmente, na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/93, representantes para gerenciar o Contrato, nos termos estabelecidos na Cláusula Décima - Quinta;
- d) acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, orientando, dirimindo dúvidas, quando necessário, e emitindo parecer quanto ao seu cumprimento e à qualidade dos serviços prestados;

e) supervisionar a execução dos serviços prestados, atestando e efetuando o pagamento das faturas e tributos, decorrentes deste Contrato;

f) devolver qualquer equipamento ou sistema que apresentar defeito durante a instalação, teste de verificação ou funcionamento, através de comunicado formal à **CONTRATADA**;

g) assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir que continuem sendo mais vantajosos para o Ministério do Turismo;

h) solicitar a substituição de qualquer empregado ou preposto da **CONTRATADA**, cujo comportamento ou qualificação técnica venham a ser julgados inconvenientes ou insatisfatórios para a execução do objeto do Contrato; e

i) exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Caberá à Contratada, além das responsabilidades resultantes da licitação e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados:

a) cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor, o Projeto Básico e as normas expedidas pelo MTur, imprescindíveis ao fiel cumprimento do objeto pactuado;

b) prestar os serviços ora contratados, por meio de mão-de-obra especializada e devidamente qualificada necessária e indispensável à completa e perfeita execução dos serviços, em conformidade com as especificações do Projeto Básico e de acordo com a legislação em vigor;

c) encaminhar ao **CONTRATANTE**, nos moldes por ele definidos e em consonância com as normas vigentes, relatórios indispensáveis ao acompanhamento e controle das ações previstas neste Contrato;

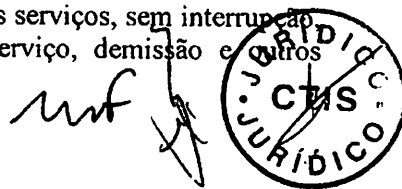
d) propor os ajustes necessários ao aprimoramento, à segurança e à racionalização dos serviços prestados, observado o objeto deste Contrato;

e) apresentar, mensalmente, relatório gerencial e respectivas faturas, conforme condições e preços pactuados;

f) manter preposto em caráter permanente, com formação de nível superior na área de engenharia, ciências da computação, processamento de dados, administração de empresas ou outro curso superior com extensão na área de informática para acompanhar a execução dos serviços e realizar a interface técnica e administrativa entre a área de TI do MTur e as equipes da Contratada, sem custo adicional para o Contratante;

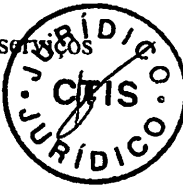
g) designar representante da empresa devidamente credenciado como Coordenador para, em todas as questões relativas ao cumprimento dos serviços contratados, lhe representar, de forma a garantir a presteza e a agilidade necessária ao processo decisório;

h) dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;



- i) facultar a técnicos formalmente indicados, acesso à documentação pertinente ao objeto deste Contrato e proporcionar ao **CONTRATANTE** condições para adequado acompanhamento e fiscalização dos serviços, conforme previsto no art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- j) responsabilizar-se por todos os salários e pelos encargos sociais trabalhistas e previdenciários relativos ao pessoal técnico e administrativo alocado à execução dos serviços objeto do presente Edital, ficando o **CONTRATANTE** isento de qualquer responsabilidade decorrente de vínculo empregatício ou obrigação trabalhista com o referido pessoal;
- k) responsabilizar-se por outras despesas diretas e indiretas decorrentes da execução dos serviços objeto deste Contrato, tais como: encargos fiscais, indenizações civis e quaisquer outras que forem devida e imputáveis à **CONTRATADA**;
- l) designar, formalmente, preposto para representá-la na execução deste Contrato, nos termos do art. 68 da Lei nº 8.666/93;
- m) emitir, mensalmente, as faturas, conforme a tabela de preços contida no Projeto Básico e os serviços efetivamente realizados;
- n) elaborar e executar, em conjunto com o MTur, projeto de passagem (migração) do serviço a terceiros, a ser desenvolvido durante o período de transição, por ocasião de rescisão ou término do Contrato;
- o) manter, durante a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas quando da assinatura do mesmo;
- p) reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o sistema em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços;
- q) comunicar ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- r) informar a relação dos empregados integrantes da equipe técnica, contendo nome completo, função e número de registro de identidade, para confecção do crachá de identificação, para acesso às dependências do MTur;
- s) ressarcir o **CONTRATANTE** por quaisquer prejuízos decorrentes de falha dos serviços contratados, responsabilizando-se, ainda, por qualquer acidente ocorrido com seus empregados por imprudência, negligência ou imperícia, fora ou dentro dos locais da prestação/execução dos serviços, no desempenho das atividades ou em conexão com os mesmos, inclusive por danos causados a terceiros;
- t) informar ao MTur, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa;
- u) garantir, no mínimo 1,5% do valor do profissional alocado em Manutenção de Ambientes, para sua atualização profissional, em função das inovações tecnológicas que venham a acontecer nesses ambientes; e
- v) elaborar Relatório Mensal de Atividades, no qual serão relacionados todos os serviços prestados durante o mês anterior.

*mf*



**PARÁGRAFO ÚNICO.** A inadimplência da **CONTRATADA** com referência a qualquer dos encargos estabelecidos nas condições anteriores, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Instrumento.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

O presente Contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, por iguais e sucessivos períodos até 60 (sessenta) meses, mediante Termo Aditivo, de acordo com o disposto no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA NONA – DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS**

O preço estimado dos serviços de Fábrica de Software, conforme descrito no Projeto Básico é de R\$ 1.309.495,20 (um milhão, trezentos e nove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e vinte centavos), dos serviços de consultoria é de R\$ 205.032,00 (duzentos e cinco mil, trinta e dois reais), dos serviços de manutenção de ambientes é de R\$ 1.736.634,24 (um milhão, setecentos e trinta e seis mil, seiscentos e trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos) e serão definidos de acordo com as Ordens de Serviços emitidas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Quando houver redução de custo real, advindo da adoção de novas tecnologias, ganho de escala, supressão de atividades, mudanças de rotinas e outros, deverá a mesma ser repassada pela Contratada, ao preço respectivo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Caso este Contrato venha a ser prorrogado por novos períodos de vigência os preços serão revistos para refletir a variação de custos ocorrida no período, observados os índices oficiais e legalmente aplicáveis.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** Qualquer alteração de tributos que reflita na execução dos serviços contratados serão imediatamente aplicados aos preços.

**PARÁGRAFO QUARTO.** Os preços previstos no *caput* desta Cláusula estão limitados ao escopo previsto no Projeto Básico.

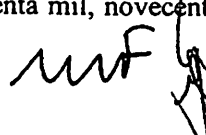

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR**

O valor estimado deste Contrato para o exercício de 2004 é de R\$ 270.930,12 (duzentos e setenta mil, novecentos e trinta reais e doze centavos) perfazendo um total estimado de R\$ 3.251.161,44 (três milhões, duzentos e cinquenta e um mil, cento e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos) para o período de doze meses.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas deste Contrato correrão à conta do orçamento do Ministério do Turismo-MTur, no Programa de Trabalho abaixo citado, na Fonte de Recursos 0100, Natureza de Despesa 3.3.90.39, com emissão de Nota de Empenho pela SE/MTur, na modalidade “por estimativa”:

a) Programa de Trabalho: 23.122.1166.2272.0001, Nota de Empenho nº 2004NE900455, emitida em 30 /11/2004, no valor inicial de R\$ 270.930,12 (duzentos e setenta mil, novecentos e trinta reais e doze centavos).

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RELATÓRIO GERENCIAL

O Relatório Gerencial, a ser apresentado mensalmente, em quatro vias originais, pela **CONTRATADA**, será constituído pelos seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) demonstrativo das quantidades e valores relativos aos serviços; e
- c) relatório de avaliação das atividades executadas.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Os relatórios e produtos provenientes dos serviços de Consultoria, Banco de Dados, Redes e Suporte deverão ser entregues ao MTur em uma cópia impressa em papel e gravados em CD ROM.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA -- DO FATURAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os serviços prestados serão faturados e pagos, mensalmente, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a apresentação, pela **CONTRATADA**, de Relatório Gerencial Mensal, de que trata a Cláusula Décima Segunda, o qual deverá ser devidamente conferido e atestado por representante da Coordenação-Geral de Informática – CGI/SPOA/SE, e aprovado pelo Gerente do Contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Os serviços que, comprovadamente, forem considerados não executados ou executados inadequadamente, serão excluídos do valor inicialmente apresentado, não obstando o pagamento dos itens não glosados, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis. Os itens glosados após a sua correta reapresentação serão pagos na forma prevista no *caput* desta Cláusula.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** A apresentação das despesas provenientes da execução de serviços complementares, de que trata a Cláusula Quinta, será objeto de Relatório Gerencial específico, a serem pagos na forma prevista nesta Cláusula.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** No ato do pagamento, será procedida a retenção de tributos e contribuições, nos termos da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e suas alterações e das normas baixadas pela Secretaria da Receita Federal, em função do disposto nesse mesmo diploma legal.

**PARÁGRAFO QUARTA.** O pagamento será creditado em nome da **CONTRATADA**, através de ordem bancária, a ser efetivada no Banco do Brasil S.A, Agência nº 3307-3, Conta Corrente nº 420.713-0.

**PARÁGRAFO QUINTA.** Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela **CONTRATADA** e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

**PARÁGRAFO SEXTA.** Nenhum pagamento será realizado pelo **CONTRATANTE** sem que antes seja procedida prévia e necessária consulta ao Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF, para comprovação de regularidade da **CONTRATADA**, além da comprovação do recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida.

*mf*





**PARÁGRAFO SEGUNDO.** O Gestor Técnico terá, ainda, as seguintes atribuições:

a) manter em local seguro e livre do acesso a terceiros cópia do arquivo da documentação técnica do "Sistema MTur", entendida como: "lay-out" dos arquivos, descrição dos programas e do sistema, instruções a usuários, descrição das alterações efetuadas e fluxos operacionais;

b) orientar a **CONTRATADA** quanto à observância dos padrões e normas técnicas operacionais relacionados com a área de informática, estabelecidos pelos órgãos competentes;

c) orientar a **CONTRATADA** acerca de eventuais adaptações e/ou modificações no Sistema, que visem à unificação e a padronização de procedimentos na área de informática, a serem objeto de Termos Aditivos ao presente Contrato;

d) subsidiar, tecnicamente, a **CONTRATADA** com os elementos indispensáveis à elaboração de estudos voltados para a otimização e o aperfeiçoamento do Sistema;

e) definir, em conjunto com a **CONTRATADA**, as transferências de bases de dados e arquivos do "Sistema MTur", que venham a ser julgadas necessárias e/ou convenientes para o **CONTRATANTE**; e

f) emitir, mensalmente, parecer quanto ao cumprimento e a qualidade dos serviços prestados, no âmbito de informática.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** Para os efeitos deste Contrato, consideram-se atribuições do preposto da **CONTRATADA** o acompanhamento da execução dos serviços contratados, conforme previsto no art. 68, da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

A **CONTRATADA** poderá subcontratar a realização de atividades de suporte necessárias à execução dos serviços objeto deste Contrato, nos termos do art. 72 da Lei nº 8.666/93 para cumprimento adequado e, em tempo hábil, do objeto do Contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** O permissivo previsto no *caput* desta Cláusula, no que tange à subcontratação, deverá ter anuência do **CONTRATANTE**.

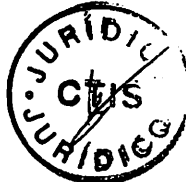
**PARÁGRAFO SEGUNDO.** As subcontratações serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, não a exonerando das obrigações pactuadas neste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA**

A **CONTRATADA** prestou garantia de execução contratual, na modalidade Seguro Garantia, no valor de R\$ 162.558,08 (cento e sessenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, a qual será liberada somente após o término da vigência deste Contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.

*mf*





## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial dos serviços objeto deste Contrato, por razões comprovadamente imputáveis à **CONTRATADA**, o erro de execução, a mora na execução, o não cumprimento dos prazos contratuais, bem como a demora ou recusa em substituir qualquer produto defeituoso que for rejeitado, a sujeitará, a juízo do **CONTRATANTE**, respeitado o contraditório e a ampla defesa, às sanções estabelecidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, ficando desde já ressalvadas as circunstâncias advindas de caso fortuito ou de força maior.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** As multas serão as seguintes:

a) multa, conforme discriminado abaixo, sobre o valor dos serviços em atraso:

$$M = 0,3333\% \times A$$

Onde:

M = percentagem representativa da multa, limitada a 10% (dez por cento) do valor total dos serviços em atraso;

A = atraso em dias corridos

b) multa de 5% (cinco por cento) do valor do serviço afetado por erro de execução não sanado no prazo concedido;

c) multa de 10% (dez por cento) sobre o remanescente do valor total estimado para o Contrato, pela inexecução total ou parcial do Contrato não sanado no prazo concedido que acarrete grave e irreversível prejuízo à **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** A aplicação da multa será prévia e formalmente comunicada por escrito à **CONTRATADA** pelo Gestor Técnico do Contrato, com todos os elementos embasadores da decisão.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** A aplicação das multas previstas nas alíneas “a” e “b” não poderá ser superior nem cumulativa à aplicação da multa prevista na alínea “c”.

**PARÁGRAFO QUARTO.** A **CONTRATADA** terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação, para apresentar recurso à multa que lhe foi aplicada.

**PARÁGRAFO QUINTO.** As multas previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, facultada à **CONTRATADA** defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação.

**PARÁGRAFO SEXTO.** Nenhuma multa será aplicada sem que seja deferido à contratada, prazo razoável para correção de erro eventualmente identificado.

**PARÁGRAFO SÉTIMO.** A multa referida no Parágrafo Primeiro desta Cláusula será recolhida diretamente ao **CONTRATANTE**, no prazo acima previsto, ou descontada dos pagamentos, eventualmente, devidos pela Administração, da garantia ou, ainda, cobrada judicialmente, nos termos dos §§ 2º e 3º, do art. 86, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.



**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral do **CONTRATANTE**, na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, notificando-se a **CONTRATADA** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**; ou
- c) judicial, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO**

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Distrito Federal para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E, assim, por estarem de pleno acordo, após lido e achado conforme, as partes firmam o presente Contrato, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

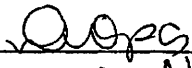
Brasília, 01 de dezembro de 2004.

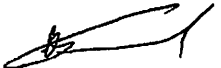
  
MÁRCIO FAVILLA LUCCA DE PAULA  
P/ CONTRATANTE

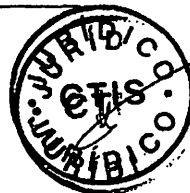
  
MARCELO BRANCONI ROCHA DE OLIVEIRA  
P/CONTRATADA

#### **TESTEMUNHAS:**

Nome:  
CPF:  
RG:

  
Neuzi O. Lopes da Silva  
CPF: 267 085 311 - 00  
Ci: 612 770 - SSP/DF

  
Nome: Rodrigo de Azevedo Resende  
CPF: 3033 642 936-76  
RG: 10 032 846 SSP/DF





## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2004

Número do Contrato: 00009/2002, subrogado pela UASG: 380049 - DRT/DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO-RS. Nº Processo: 46218010724200439. Contratante: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. CNPJ Contratado: 06039338020. Contratado: SIMÃO JOSÉ FHYNBLÉN. Objeto: O contrato terá vigência até o dia 06 de agosto de 2005, incluindo-se este, podendo, entretanto, ser prorrogado por acordo entre as partes contratantes, através de termo aditivo específico. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 06-08-2004 a 06-08-2005. Data de Assinatura: 06-08-2004.

(SICON - 17/12/2004) 380018-57903-2004NE900696

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 6/2004

Objeto: Contratação de serviços de manutenção integral de veículos. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 21/12/2004 de 08h30 às 12h00 e de 13h às 17h00. Endereço: Av. Mauá, 1013 - 8º andar - sala 80 Centro - PORTO ALEGRE - RS. Entrega das Propostas: 21/12/2004 às 09h30. Endereço: Av. Mauá, 1013 - 10º andar - auditório Centro - PORTO ALEGRE - RS.

MARLON JOSÉ WAGNER  
Prefeito

(SIDEIC - 17/12/2004) 380018-57903-2004NE900096

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO EM  
SANTA CATARINAEXTRATO DE INEXIGIBILIDADE  
DE LICITAÇÃO Nº 16/2004

Nº Processo: 46220011034200478. Objeto: Reconhecimento de dívida para pagamento da fatura do mês de novembro/04, nº G57-000136, referente ao fornecimento de água e tratamento de esgotos sanitários do imóvel onde encontra-se instalada a Subdelegacia do Trabalho de Joinville Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93. Justificativa: O valor dos serviços encontra-se inexigibilidade de licitação no amparo legal Declaração de Inexigibilidade em 16/12/2004. REJANE BUSTETTI IBARRA - Ordenadora de Despesas. Ratificação em 16/12/2004. ODILON SILVA - Delegado Regional do Trabalho. Valor: R\$ 74,14. Contratada: JOINVILLE PREFETURA MUNICIPAL. Valor: R\$ 74,14.

(SIDEIC - 17/12/2004) 380018-60001-2004NE900003

## Ministério do Turismo

## GABINETE DO MINISTRO

## EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Apostilamento ao Convênio MTur/AGETUR/GO Nº 123/2004, celebrado em 28 de junho de 2004. CEDENTE: Ministério do Turismo - CNPJ: 05.457.283.0002-08. CONVENIENTE: Agência Goiana de Turismo - AGETUR - CNPJ: 03.549.463.0001-03. OBJETO: Prorrogar "de ofício" o prazo de vigência do Convênio MTur/AGETUR/GO Nº 123/2004, para 20 de janeiro de 2005, de acordo com o disposto no art. 7º, inciso IV, da Instrução Normativa nº 1, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional MF, e do que consta na alínea "b", inciso I, da Cláusula Terceira - Das Obrigações. SIGNATÁRIOS: WALFRIDO DOS MARES GUÍIA - Ministro de Estado do Turismo; MARCELO DE OLIVEIRA SAAD, Presidente da AGETUR/GO; MARCONI FERREIRA PEREIRA JÚNIOR, Governador do Estado de Goiás. PROCESSO: 72.000.00209-2004-79.

## SECRETARIA EXECUTIVA

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 136/2003, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Turismo, e a Fundação Coanisa de Turismo Integrada da Nordeste. PROCESSO: 72100.001517-2003-50. OBJETO: O presente Termo Aditivo visa alterar a Cláusula Segunda - Do Plano de Trabalho, o caput e as alíneas "a" e "b", da Cláusula Quarta - Dos Recursos Orçamentários e Financeiros e a Cláusula Décima - Do Prazo de Vigência do Convênio. DA VIGÊNCIA: O Convênio terá vigência até 26 de dezembro de 2005, a partir da assinatura deste Termo Aditivo. DATA E ASSINATURA: Brasília-DF, 06 de dezembro de 2004. MÁRCIO FA-VILLA LUCCA DE PAULA, Secretário-Executivo do MTur; ROBERTO JOSÉ MARQUES PEREIRA, Secretário-Executivo da Fundação CT/NE.

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2004

Nº Processo: 72000002661200412. Contratante: MINISTÉRIO DO TURISMO. CNPJ Contratado: 06320095000107. Contratado: UNI-QUE RENT A CAR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA ME. Objeto: Execução de serviços de transporte de pessoal, documentos e pequenas cargas, em veículos de pequeno, médio e grande porte, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia), para atender as necessidades do Ministério do Turismo, em âmbito nacional. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02 e nº 8.666/93. Vigência: 13/12/2004 a 12/12/2005. Valor Total: R\$ 750.999,99. Fonte: 100000000 - 2004NE900439. Data de Assinatura: 13/12/2004.

(SICON - 17/12/2004) 540004-00001-2004NE900016

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2004

Nº Processo: 72000000422200347. Contratante: MINISTÉRIO DO TURISMO. CNPJ Contratado: 01644731000132. Contratado: CTIS INFORMATICA LTDA. Objeto: A prestação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação (TI), complementares as atividades do MTur, nas áreas de: a) Desenvolvimento de Aplicativos, utilizando ponto de função; b) Consultoria; c) Manutenção de Ambientes, incluindo serviços de Administração de Redes, Administração e Operação de Servidores; Manutenção de Aplicativos; Administração de Banco de Dados; Condução de projetos especiais e estratégicos de TI; e atendimento ao Usuário-hardware e software. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, 8.248/91 e 8.387/91, alteradas pela Lei nº 10.176/01 e dos Decretos nºs 93.872/96, 2.271/97 e 1.070/94. Vigência: 01/12/2004 a 30/11/2005. Valor Total: R\$ 151.161,44. Fonte: 100000000 - 2004NE900455. Data de Assinatura: 01/12/2004.

(SICON - 17/12/2004) 540004-00001-2004NE900016

## EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 2/2003  
Nº Processo: 72000000015200330. Contratante: MINISTÉRIO DO TURISMO. CNPJ Contratado: 02605452000122. Contratado: VIP SERVICE CLUB LOCADORA LTDA. Objeto: Rescindir, amigavelmente, a partir de 12/12/2004, o Contrato administrativo nº 02/2003, firmado em 08 de julho de 2003, que tem por objeto a prestação de serviço de transporte. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Data de Rescisão: 10/12/2004.

(SICON - 17/12/2004) 540004-00001-2004NE900016

## Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES  
TERRESTRES

## EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 021/ANTT 2004

Convênio nº 021/ANTT 2004 - 2004NC000111 - Nº Processo: 50500.184740/2004-63 - ANTT. Partes: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, CNPJ/MF Nº 04.898.488.001-77, e a Universidade Federal de Santa Catarina UFSC, CNPJ/MF Nº 83.899.526.001-82. Objeto: desenvolvimento de um modelo de planejamento logístico e de transportes, contemplando métodos de alocação modal e demais funcionalidades, implementação de base de dados de origem e destino de cargas, envolvendo a quantificação dos fluxos de transportes e caracterização de cenário logístico convergentes para a região da Baixada Santista e desenvolvimento de estudo aplicado abordando a análise de diferentes cenários logísticos e visando a recomendação de alternativas para a maior eficiência do sistema de transportes que converge para a região da Baixada Santista, de acordo com a Proposta de Execução e o Plano de Trabalho que integram este instrumento. Fundamento legal: Inciso I do parágrafo único do art. 24 da Lei nº 10.233 de 05.06.2001, Lei 8.666/93, Instrução Normativa - IN Nº 01, 15.07.97, Decreto nº 93.872, de 23/12/96, da Secretaria do Tesouro Nacional - MF - Valor: R\$ 554.699,00 (quinhentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e noventa e nove reais) - Fonte de Recurso: PTRES 972621 - Fonte 111 - Natureza da Despesa: 393039 - Prazo da Vigência: 9 meses - Data da Assinatura: 13/12/2004.

## RESULTADO DO PREGÃO Nº 47/2004

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de comunicação de Dados/Voz/Imagem, por comutação de pacotes (MPLS MultiProtocol Label Switching) e IP (Internet Protocol), visando a interligação das Unidades Regionais - URs (Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo) e a Concessionária Nova Dutra à Rede Corporativa da ANTT, e acesso a Internet e ao SERPRO. Tipo: Menor Preço. Vencedora: BRASIL TELECOM S.A. Valor Anual: R\$ 236.200,00 (Duzentos e trinta e seis mil e duzentos reais). Prazo: 12 (doze) meses.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES  
TERRESTRES

## REJULGAÇÃO

No Resultado de Julgamento de Pregão nº 48/2004, publicado no Diário Oficial da União nº 242, de 17/12/2004, Seção 3, pág. 109, onde se lê: "R\$ 175.040,00", leia-se: "R\$ 461.040,00".

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DO  
SÃO FRANCISCO S/A  
CNPJ/MF 23533417/0001-15

## EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº de ordem 23/2004. Contratantes: Franave - Contratante e Empresa Adriano Bezerra de Lima - Contratada. Objeto: Substituição do casco e pintura geral do empurrador Santa Glória. Modalidade da licitação: Convide. Processo de licitação nº 22/2004. Crédito da despesa: 3390.39.00 - Outros serviços de terceiros/PJ. Valor: R\$ 34.000,00. Vigência: 25-11-2004 a 25-01-2005. Data da assinatura: 25-11-2004. Signatários: Lúcio Enes Barreto, André Eduardo da Costa e Antônio de Souza Filho - Diretores; Franave e Adriano Bezerra de Lima - Contratada. Contrato nº de ordem 24/2004. Contratantes: Franave - contratante e Empresa W.E. Comércio e Instalações Elétricas. Objeto: Elaboração de projeto elétrico dos empurradores Santa Glória, Catarina, Dorotéia, Efigênia, Fé e Helena. Crédito da despesa: 3390.39.00 - Outros serviços de terceiros/PJ. Valor: R\$ 3.250,00. Vigência: 26-11-2004 a 26-12-2004. Data da assinatura: 26-11-2004. Signatários: Lúcio Enes Barreto, Antônio de Souza Filho e André Eduardo da Costa - Diretores; Franave e Wier Alves de Souza e Elbert Guilherme de Queiroz - Empresa W.E. Comércio e Instalações Elétricas. Contrato nº de ordem 25/2004. Primeiro aditamento ao contrato nº 19/2004. Contratantes: Franave - Contratante e Escritório Mello e Matos Advogados Associados S.C. - Contratado. Objeto: Prestação de serviços advocatícios. Crédito da despesa: 3390.39.00 - Outros serviços de terceiros/PJ. Valor: R\$ 30,00 por diligências processuais; R\$ 500,00 por parecer; R\$ 800,00 por defesa e acompanhamento de processo judicial; e R\$ 500,00 por elaboração de relatório mensal. Vigência: 09-12-2004 a 31-12-2004. Data da assinatura: 09-12-2004. Signatários: Lúcio Enes Barreto, André Eduardo da Costa e Antônio de Souza Filho - Diretores; Franave e Antônio Alves de Mello Júnior e Cristiana Matos Amorim - Escritório Mello e Matos Advogados Associados S.C.

## COMPANHIA DOCS DO CEARÁ

## EXTRATO DE CESSÃO DE USO

ESPÉCIE: Termo de Cessão de Uso nº 07/2004. CEDENTE: Companhia Docs do Ceará - CDC. CESSIONÁRIA: OGMO - Órgão Gestor de Mão de Obra. RESUMO DO OBJETO: Cessão das salas nºs 08 e 09 e 13, localizadas no Prédio dos Operadores Portuários, medindo 15m2, cada. FUNDAMENTO: No Processo nº 255-98, na Resolução nº 230/04 da Direx, datada de 07/12/2004 e na Lei 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 07/12/2004. Processo Administrativo nº 255-98.

COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE  
SÃO PAULO

## EXTRATO DE CONTRATO

Processo: 16118/04-93 - Tomada de Preços nº 14/2004. Espécie: Contrato DP-45/2004, de 15/12/2004, objetivando a execução dos serviços para coleta de amostras e análises laboratoriais (físicas, químicas e ecotoxicológicas) do sedimento da Alameda e Seção 6 (margem esquerda) do estuário do Porto Organizado de Santos, junto a firma DTA ENGENHARIA S.C LTDA., no valor global de R\$ 169.696,38, pelo prazo de 45 dias corridos. Rubrica Contábil: PDG da CODESP. Signatários: Sr. José Carlos Mello Rego, Diretor-Presidente da CODESP, e Sr. João Acácio Gomes de Oliveira Neto, Sócio-Diretor da Contratada.

## AVISOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: nº 23497/04-13. Por força do disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, com fundamento no "caput" do art. 24, inciso XIII, foi confirmada a Dispensa de Licitação, para a prestação de serviços objetivando o aperfeiçoamento do sistema de planejamento tributário e previdenciário, visando minimizar a carga tributária da Companhia e recuperar valores previdenciários e de tributos, junto a FUNDAÇÃO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS DE RIBEIRÃO PRETO - FUNPEC - UNIDADE SÃO PAULO. Honorários: com cobrança de 14,5% "ad exitum" sobre os benefícios fiscais efetivamente auferidos ou aproveitados, nunca através de simples liminares judiciais, mas, sim, sobre decisões definitivamente transitadas em julgado, até a decisão final de cada caso. Rubrica Contábil: PDG da CODESP.

Processo: nº 24766/04-69. Por força do disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, com fundamento no "caput" do art. 24, inciso IV, foi confirmada a Dispensa de Licitação, para a execução dos serviços de construção de duas linhas férreas, sendo uma de bitola mista e outra de bitola larga, junto ao Armazém I, pelo prazo de 90 dias corridos, junto a LAGOS PORTO LTDA. Valor: R\$ 599.782,12. Rubrica Contábil: PDG da CODESP.

JOSÉ CARLOS MELLO REGO  
Diretor-Presidente